**CONTRATO DE PENHOR DE AÇÕES E OUTRAS AVENÇAS, QUE ENTRE SI FAZEM A COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A., FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A., SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. E PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, COM INTERVENIÊNCIA DA MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSÃO S.A., NA FORMA ABAIXO:**

**COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.**, sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua José Izidoro Biazetto, nº 158, Bloco A, Mossungue, CEP 81200-240, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("**CNPJ/ME**") sob o nº 04.370.282/0001-70, com seus atos constitutivos registrados perante a JUCEPAR sob o NIRE 41.3.000.1924-0, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("**COPEL GT**");

**FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.**, sociedade por ações de economia mista, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Graça Aranha, nº 26, Lojas A e B, Salas 201 a 2101, Centro, CEP 20.030-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 23.274.194/0001-19, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (“**JUCERJA**”), sob o NIRE 33.3.000.9092-4, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("**FURNAS**", e, em conjunto com a COPEL GT, "**ACIONISTAS GARANTIDORES**");

**SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, nº 99, 24º andar, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.227.994/0001-50, neste ato representada nos termos do seu contrato social, na qualidade de representante da comunhão dos titulares das debêntures da 2ª (segunda) emissão (“**DEBENTURISTAS DA 2ª EMISSÃO**”) de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, da DEVEDORA (conforme abaixo definido) (“**AGENTE FIDUCIÁRIO DA 2ª EMISSÃO**”);

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304, CEP 22.640-102, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de representante da comunhão dos titulares das debêntures da 3ª (terceira) emissão (“**DEBENTURISTAS DA 3ª EMISSÃO**”) de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em três séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, da DEVEDORA (“**3ª EMISSÃO**” e “**AGENTE FIDUCIÁRIO DA 3ª EMISSÃO**”, respectivamente, sendo o AGENTE FIDUCIÁRIO DA 3ª EMISSÃO em conjunto com o AGENTE FIDUCIÁRIO DA 2ª EMISSÃO, “**AGENTES FIDUCIÁRIOS**“);

e, comparecendo, ainda, como “**INTERVENIENTE**”ou “**DEVEDORA**”:

**MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSÃO S.A.**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, na Avenida Jundiaí, nº 1.184, 5º andar, Anhangabau, CEP 13.208-053, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 19.699.063/0001-06, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("**JUCESP**") sob o NIRE 35.3.005.5720-4, neste ato representada nos termos de seu estatuto social;

sendo os ACIONISTAS GARANTIDORES, os AGENTES FIDUCIÁRIOS e a DEVEDORA, quando referidos em conjunto, denominados “**PARTES**” e individualmente como “**PARTE**”.

**CONSIDERANDO QUE:**

1. A DEVEDORA é uma sociedade de propósito específico, concessionária de transmissão de energia elétrica responsável pela implantação e exploração de empreendimento composto de instalações de transmissão de energia elétrica associado e demais obras complementares, conforme descrito no Edital de Leilão n.º 07/2013-ANEEL-Lote A, conforme a seguir: (a) LT 500kV Itatiba – Bateias, 399 km; (b) LT 500kV Araraquara 2 – Itatiba, 207 km; (c) LT 500kV Araraquara 2 – Fernão Dias, 241 km; (d) SE Santa Bárbara D'Oeste 440 kV, Compensador Estático (-300, +300) Mvar; (e) SE Itatiba 500 kV, Compensador Estático (-300, +300) Mvar; e (f) SE 500/440 kV Fernão Dias (9+1R) X 400 MVA, localizados nos Estados de São Paulo e Paraná, objeto do Leilão ANEEL nº 007/2013, lote A (“**PROJETO**”) e parte do Contrato de Concessão nº 01/2014, celebrado em 14 de maio de 2014, pela DEVEDORA e pela União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e seus posteriores aditivos (“**CONTRATO DE CONCESSÃO**”);
2. De modo a possibilitar a obtenção de recursos adicionais para a implantação do PROJETO, foi aprovada, em a) Reunião do Conselho de Administração da DEVEDORA, realizada em [•] de [•] de 2021; (b) Reunião do Conselho de Administração da DEVEDORA realizada em 23 de janeiro de 2019; (c) Reunião do Conselho Fiscal da DEVEDORA realizada em 5 de setembro de 2018; (d) Reunião do Conselho Fiscal da DEVEDORA realizada em 24 de janeiro de 2019; (e) Assembleia Geral Extraordinária da DEVEDORA realizada em 26 de setembro de 2018; e (f) Assembleia Geral Extraordinária da CEDENTE realizada em 15 de março de 2019, a emissão para oferta pública com esforços restritos de distribuição de debêntures de infraestrutura pela DEVEDORA, na forma da Lei n° 12.431, de 24 de junho de 2011, no valor total de R$ 210.000.000,00 (duzentos e dez milhões de reais), conforme termos e condições descritos no “*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.*” celebrado em 26 de março de 2019 e aditada em [•] e em [•] entre a DEVEDORA, o AGENTE FIDUCIÁRIO DA 2ª EMISSÃO, a Companhia Paranaense de Energia (CNPJ/ME 76.483.817/0001-20), na qualidade de fiadora e, na qualidade de intervenientes-anuentes, os ACIONISTAS GARANTIDORES (“**ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO**”);
3. Adicionalmente, de modo a possibilitar a obtenção de recursos adicionais para a implantação do PROJETO, foi aprovada, em (i) Reunião do Conselho de Administração da DEVEDORA realizada em [•] de [•] de 2021; (ii) Reunião do Conselho Fiscal da DEVEDORA realizada [•] de [•] de 2021; e (iii) Assembleia Geral Extraordinária da DEVEDORA realizada em [•] de [•] de 2021, a emissão para oferta pública com esforços restritos de distribuição de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em 3 (três) séries, da DEVEDORA, no valor total de R$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), conforme termos e condições descritos no “*Instrumento Particular de Escritura da 3ª (terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em 3 (três) Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.*” celebrado em [•] de [•] de 2021 entre a DEVEDORA, o AGENTE FIDUCIÁRIO DA 3ª EMISSÃO, a Companhia Paranaense de Energia (CNPJ/ME 76.483.817/0001-20), na qualidade de fiadora e, na qualidade de intervenientes-anuentes, os ACIONISTAS GARANTIDORES (“**ESCRITURA DA TERCEIRA EMISSÃO**” e, em conjunto com a ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO, “**ESCRITURAS DE EMISSÃO**”);
4. A constituição da presente garantia de penhor de ações foi aprovada pelos DEBENTURISTAS DA 2ª EMISSÃO, reunidos em assembleia geral de DEBENTURISTAS DA 2ª EMISSÃO, realizada em [•] de [•] de 2021 (“**AGD 2ª EMISSÃO**”); e
5. Nesta data, e conforme aprovado na AGD 2ª EMISSÃO, foi celebrado o Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças Vinculado à Segunda e Terceira Emissões de Debêntures da Mata de Santa Genebra Transmissão S.A. (“**CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO**”), o qual regulará a relação entre os AGENTES FIDUCIÁRIOS, como partes dos contratos relativos às garantias outorgadas na 2ª Emissão e na 3ª Emissão: (a) na hipótese de não cumprimento de obrigações assumidas pela DEVEDORA, pelas ACIONISTAS GARANTIDORAS e/ou pelas Fiadoras (conforme definidas nas Escrituras de Emissão); e (b) a definição da proporção da participação dos debenturistas da 2ª Emissão e da 3ª Emissão, representados pelos Agentes Fiduciários no rateio dos valores que vierem a ser apurados no caso de execução, sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão, observadas as demais disposições deste Contrato;

**RESOLVEM** as PARTES celebrar o presente Contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças doravante denominado simplesmente “**CONTRATO**", que passa a fazer parte integrante e inseparável das ESCRITURAS DE EMISSÃO e que se regerá pelas seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA GARANTIA**

Para assegurar o pagamento e cumprimento de todas e quaisquer obrigações decorrentes deste CONTRATO e das ESCRITURAS DE EMISSÃO, inclusive, mas não limitado ao principal da dívida, atualização monetária, juros, comissões, pena convencional, multas, tributos, despesas, honorários advocatícios e demais encargos legais, judiciais e contratuais, bem como o ressarcimento de todo e qualquer valor que os Debenturistas venham a desembolsar em razão da constituição, aperfeiçoamento, do exercício de direitos e da execução das garantias (“**OBRIGAÇÕES GARANTIDAS**”), os ACIONISTAS GARANTIDORES dão em penhor, em primeiro e único grau, em observância da CONDIÇÃO SUSPENSIVA (conforme abaixo definido), aos AGENTES FIDUCIÁRIOS, em caráter irrevogável e irretratável, de acordo com as disposições dos artigos 1.419 e seguintes da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“**CÓDIGO CIVIL**”) e do artigo 39 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**LEI DAS SOCIEDADES POR AÇÕES**”), os bens e direitos descritos abaixo:

1. todas as ações representativas do capital social da DEVEDORA, de titularidade dos ACIONISTAS GARANTIDORES, correspondentes, nesta data, a (a) 664.618.100 (seiscentas e sessenta e quatro milhões, seiscentas e dezoito mil e cem) ações ordinárias, correspondentes a 49,9% (quarenta e nove inteiros e nove décimos por cento) do capital social da DEVEDORA, de propriedade de FURNAS; e (b) 667.281.900 (seiscentas e sessenta e sete milhões, duzentas e oitenta e uma mil, novecentas) ações ordinárias, correspondentes a 50,1% (cinquenta inteiros e um décimo por cento) do capital social da DEVEDORA, de propriedade da COPEL GT, nesta data, em conjunto correspondentes a 100% (cem por cento) do capital social da DEVEDORA (“**AÇÕES EMPENHADAS**”);
2. todas as novas ações de emissão da DEVEDORA que qualquer dos ACIONISTAS GARANTIDORES venha a subscrever ou adquirir no futuro, seja na forma dos artigos 167, 168, 169 e 170 da LEI DAS SOCIEDADES POR AÇÕES, seja por força de bonificações, desmembramentos ou grupamento de ações, seja por consolidação, fusão, aquisição, permuta de ações, divisão de ações, reorganização societária ou sob qualquer outra forma, quer substituam ou não as AÇÕES EMPENHADAS, às quais ficarão automaticamente estendidos o penhor, aplicando-se às mesmas todos os termos e condições deste CONTRATO;
3. todos os dividendos (em dinheiro ou mediante distribuição de novas ações), lucros, frutos, bonificações, direitos, juros sobre capital próprio, distribuições e demais valores atribuídos, declarados e ainda não pagos ou a serem declarados, recebidos ou a serem recebidos ou de qualquer outra forma distribuídos e/ou atribuídos aos ACIONISTAS GARANTIDORES na qualidade de acionistas da DEVEDORA, inclusive mediante a permuta, venda ou qualquer outra forma de disposição ou alienação das AÇÕES EMPENHADAS, nestes casos desde que autorizados nos termos das ESCRITURAS DE EMISSÃO e quaisquer bens, valores mobiliários ou títulos nos quais as AÇÕES EMPENHADAS sejam convertidas (incluindo quaisquer depósitos, títulos ou valores mobiliários), assim como todas as outras quantias pagas ou a serem pagas em decorrência de, ou relacionadas a, quaisquer das AÇÕES EMPENHADAS;
4. o direito de subscrição de novas ações representativas do capital social da DEVEDORA, bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias, certificados, títulos ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, relacionados à participação acionária dos ACIONISTAS GARANTIDORES, bem como direitos de preferência e opções de titularidade de qualquer dos ACIONISTAS GARANTIDORES; e
5. todos os títulos, valores mobiliários, respectivos rendimentos e quaisquer outros bens ou direitos eventualmente adquiridos pelos ACIONISTAS GARANTIDORES com o produto da realização dos bens objeto da garantia mencionada nos itens “a” a “d” acima da presente cláusula (os bens e direitos designados nas alíneas “a” a “e” desta Cláusula, serão designados, neste CONTRATO, como **BENS EMPENHADOS** ou como **GARANTIA**).

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Para fins de cumprimento do artigo 1.424 do CÓDIGO CIVIL, as cópias das ESCRITURAS DE EMISSÃO encontram-se anexadas ao presente CONTRATO, constituindo parte integrante do presente CONTRATO, para todos os efeitos legais (Anexo I).

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

Observada a CONDIÇÃO SUSPENSIVA, as novas ações referidas nas alíneas “b” e “d” da presente Cláusula integrarão, automática e independentemente de qualquer formalidade adicional, a definição de AÇÕES EMPENHADAS referida na alínea "a" da presente Cláusula, para todos os fins e efeitos de direito, aplicando-se às mesmas, de imediato, todos os termos e condições do presente CONTRATO, não obstante o dever dos ACIONISTAS GARANTIDORES de proceder a formalização do penhor sobre essas novas ações dentro do prazo previsto no Parágrafo Quarto desta Cláusula.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

As PARTES concordam em constituir o penhor descrito nesta Cláusula, observada a CONDIÇÃO SUSPENSIVA e o disposto no CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO, de modo que o referido penhor garanta, em único e mesmo grau de prioridade, o pagamento de quaisquer das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS decorrentes das ESCRITURAS DE EMISSÃO.

**PARÁGRAFO QUARTO**

No prazo de 10 (dez) Dias Úteis após a subscrição ou aquisição de quaisquer das ações, títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações ou direitos mencionados na presente Cláusula, os ACIONISTAS GARANTIDORES obrigam-se a notificar, por escrito, os AGENTES FIDUCIÁRIOS, informando a ocorrência daqueles eventos, bem como a tomar todas as providências necessárias para formalizar o penhor em favor dos AGENTES FIDUCIÁRIOS sobre as novas ações, títulos ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações ou direitos mencionados na presente Cláusula, que passarão a integrar, para todos os efeitos legais, os BENS EMPENHADOS, na forma prevista neste CONTRATO. A formalização do penhor deverá ser feita pela INTERVENIENTE, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis de qualquer emissão, recebimento ou aquisição de quaisquer ações, títulos ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações ou direitos mencionados na presente Cláusula de emissão da DEVEDORA, por meio da averbação do penhor das ações no livro de “Registro de Ações Nominativas” da INTERVENIENTE, ou nos livros e sistemas da instituição financeira responsável pela prestação de serviços de escrituração das ações da INTERVENIENTE, devendo ser anotados no extrato da conta de depósito fornecido aos ACIONISTAS GARANTIDORES, conforme o caso, nos termos do artigo 39 da LEI DAS SOCIEDADES POR AÇÕES, enquanto as ações da INTERVENIENTE forem escriturais. Para todos os fins deste CONTRATO, “Dia Útil” significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

**PARÁGRAFO QUINTO**

Caso as AÇÕES EMPENHADAS sejam convertidas em ações escriturais, mediante prévia e expressa anuência dos AGENTES FIDUCIÁRIOS, os ACIONISTAS GARANTIDORES deverão obter, na mesma data da escrituração, a averbação do penhor nos livros e sistemas da instituição financeira responsável pela prestação de serviços de escrituração das ações da INTERVENIENTE, devendo ser anotados no extrato da conta de depósito fornecido aos ACIONISTAS GARANTIDORES, nos termos do artigo 39, § 1º da LEI DAS SOCIEDADES POR AÇÕES, devendo, ainda, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis Dia Útil após a realização da escrituração e averbação, encaminhar os respectivos registros aos AGENTES FIDUCIÁRIOS, sendo certo que as AÇÕES EMPENHADAS permanecerão integrando o conceito de “BENS EMPENHADOS” para todos os efeitos.

**PARÁGRAFO SEXTO**

A garantia somente passará a ser eficaz, nos termos do artigo 125 do Código Civil Brasileiro, independentemente de qualquer formalidade adicional, automaticamente após a liberação, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“**BNDES**”) e pelo Agente Fiduciário da 2ª Emissão, das garantias constituídas sob (i) o “Contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças nº 17.2.0371.3”, celebrado em 7 de dezembro de 2017, conforme posteriormente aditado, entre os ACIONISTAS GARANTIDORES, o BNDES, a Devedora e o Agente Fiduciário da 2ª Emissão ("**ÔNUS EXISTENTE**" e “**CONTRATO DE PENHOR ORIGINAL**”, respectivamente); e (ii) o “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças nº 17.2.0371.2", celebrado originalmente entre a Devedora, a Caixa Econômica Federal, na qualidade de banco administrador de contas, o BNDES e o Agente Fiduciário da 2ª Emissão, em 7 de dezembro de 2017, conforme aditado (“**CONDIÇÃO SUSPENSIVA**”).

**PARÁGRAFO SÉTIMO**

A verificação do cumprimento da CONDIÇÃO SUSPENSIVA deverá ser comprovada pela DEVEDORA por meio da apresentação aos AGENTES FIDUCIÁRIOS de cópia (i) do termo de quitação e de liberação (ou documento equivalente) a ser emitido pelo BNDES, e (ii) do termo de liberação a ser emitido pelo Agente Fiduciário da 2ª Emissão, em até 60 (sessenta) dias contados da Data da Primeira Integralização (conforme definido na ESCRITRURA DA 3ª EMISSÃO (em conjunto, os “**TERMOS DE LIBERAÇÃO DA 2ª EMISSÃO**”).

**PARÁGRAFO OITAVO**

Sem prejuízo da presente garantia em favor das DEBÊNTURES DA 2ª EMISSÃO constituída por meio do presente CONTRATO, os TERMOS DE LIBERAÇÃO DA 2ª EMISSÃO, deverão ser averbada junto aos Cartórios de Títulos e Documentos competentes, em até 3 (três) Dias Úteis do recebimento pela DEVEDORA.

**PARÁGRAFO NONO**

As Partes atribuem às AÇÕES EMPENHADAS o valor de R$ R$1.396.372.000,00 (um bilhão, trezentos e noventa e seis milhões, trezentos e setenta e dois mil reais), conforme Patrimônio Líquido da DEVEDORA, informado nas Demonstrações Financeiras da DEVEDORA, relativas ao período de 6 (seis) meses encerrado em 30 de junho de 2021.

**CLÁUSULA SEGUNDA – ANUÊNCIA E AUTORIZAÇÃO**

A DEVEDORA declara-se ciente e concorda, desde já, com a GARANTIA ora constituída em favor dos AGENTES FIDUCIÁRIOS, observada a CONDIÇÃO SUSPENSIVA, e os ACIONISTAS GARANTIDORES autorizam, neste ato, a DEVEDORA, nos termos do artigo 1.452 do CÓDIGO CIVIL, e para fins do disposto no artigo 1.455 do mesmo diploma legal, a entregar aos AGENTES FIDUCIÁRIOS, no caso de excussão da GARANTIA, e sempre que solicitado pelos AGENTES FIDUCIÁRIOS, mediante simples comunicação destes, cópia dos documentos comprobatórios dos BENS EMPENHADOS descritos nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e” da Cláusula Primeira deste CONTRATO, somente destes podendo receber quitação.

**CLÁUSULA TERCEIRA – FORMALIDADES**

A DEVEDORA e os ACIONISTAS GARANTIDORES (estes nas suas respectivas proporções de participação no capital social da DEVEDORA), sendo responsáveis por todas as despesas incorridas em tais atos, obrigam-se a:

I - obter o registro do presente CONTRATO e seus aditivos nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes localizados na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo e em qualquer outra cidade na qual qualquer nova parte contratante, que eventualmente venha a integrar este CONTRATO, no futuro, seja domiciliada (“**CARTÓRIOS DE RTD**”), em até 20 (vinte) dias a contar da data da celebração deste CONTRATO e de qualquer aditivo, e fornecer a comprovação de tal registro aos AGENTES FIDUCIÁRIOS, mediante o envio de 1 (uma) via original registrada nos CARTÓRIOS DE RTD dos referidos documentos aos AGENTES FIDUCIÁRIOS, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da efetivação do registro;

II - no prazo de 10 (dez) Dias Úteis a contar da assinatura do presente CONTRATO ou de qualquer subscrição, emissão, recebimento ou aquisição de quaisquer novas ações de emissão da DEVEDORA, proceder à averbação do penhor constituído por meio deste CONTRATO no Livro de Registro de Ações Nominativas da DEVEDORA, ou nos livros e sistemas da instituição financeira responsável pela prestação de serviços de escrituração das ações da DEVEDORA, devendo ser anotados no extrato da conta de depósito fornecido aos ACIONISTAS GARANTIDORES, conforme o caso, em conformidade com o disposto no artigo 39 da LEI DAS SOCIEDADES POR AÇÕES, com a seguinte anotação: *“Sujeito a implementação da condição suspensiva, qual seja, a quitação integral do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 17.20371.1, celebrado em 30 de novembro de 2017, conforme aditado, mediante apresentação dos documentos comprobatórios para tanto (“Condição Suspensiva”), todas as ações de emissão da MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSÃO S.A., quer existentes atualmente ou no futuro emitidas, de propriedade da COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. e de FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. foram empenhadas, sob condição suspensiva, em favor (i) da Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de representante da comunhão dos titulares das debêntures da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, da Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.; e (ii) da PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, na qualidade de representante da comunhão dos titulares das debêntures da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em três séries, da Mata de Santa Genebra Transmissão S.A., nos termos do Contrato de Penhor de Ações Sob Condição Suspensiva e Outras Avenças e seus aditivos posteriores, arquivado na sede da Companhia”.*

III - no prazo de 10 (dez) Dias Úteis a contar da implementação da CONDIÇÃO SUSPENSIVA ou de qualquer subscrição, emissão, recebimento ou aquisição de quaisquer novas ações de emissão da DEVEDORA, proceder à nova averbação do penhor constituído por meio deste CONTRATO, sem qualquer condição suspensiva, no Livro de Registro de Ações Nominativas da DEVEDORA, ou nos livros e sistemas da instituição financeira responsável pela prestação de serviços de escrituração das ações da INTERVENIENTE, devendo ser anotados no extrato da conta de depósito fornecido aos ACIONISTAS GARANTIDORES, conforme o caso, em conformidade com o disposto no artigo 39 da LEI DAS SOCIEDADES POR AÇÕES, com a seguinte anotação: *“Todas as ações de emissão da MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSÃO S.A., quer existentes atualmente ou no futuro emitidas, de propriedade da COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. e de FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. foram empenhadas em favor (i) da Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de representante da comunhão dos titulares das debêntures da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, da Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.; e (ii) da PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, na qualidade de representante da comunhão dos titulares das debêntures da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em três séries, da Mata de Santa Genebra Transmissão S.A., nos termos do Contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças e seus aditivos posteriores, arquivado na sede da Companhia”*.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A DEVEDORA será responsável conjuntamente com os ACIONISTAS GARANTIDORES (nas suas respectivas proporções de participação no capital social da INTERVENIENTE) e deverá adiantar ou ressarcir aos AGENTES FIDUCIÁRIOS todos os custos, tributos, emolumentos, encargos e despesas (inclusive honorários advocatícios, custas e despesas judiciais e extrajudiciais) necessários e comprovadamente incorridos com a assinatura, celebração, registro, formalização, transferência do produto da execução da GARANTIA aos AGENTES FIDUCIÁRIOS e a extinção e execução deste CONTRATO (quer de forma judicial ou extrajudicialmente) ou quaisquer outros documentos produzidos de acordo com o presente (incluindo aditivos a este). Se qualquer Acionista Garantidor ou a DEVEDORA deixar de cumprir qualquer avença contida no presente CONTRATO, os AGENTES FIDUCIÁRIOS poderão cumprir a referida avença, ou providenciar o seu cumprimento, sendo certo que os ACIONISTAS GARANTIDORES (nas suas respectivas proporções de participação no capital social da DEVEDORA) e a DEVEDORA serão responsáveis por todas as respectivas despesas comprovadamente incorridas pelos AGENTES FIDUCIÁRIOS para tal fim, as quais estarão compreendidas no objeto da presente GARANTIA. Os AGENTES FIDUCIÁRIOS serão reembolsados no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data de recebimento pela DEVEDORA de notificação neste sentido a ser enviada pelos AGENTES FIDUCIÁRIOS. Toda e qualquer obrigação de reembolso prevista nesta Cláusula não se aplica às eventuais verbas de sucumbência a que os AGENTES FIDUCIÁRIOS venham a ser condenados em qualquer destes processos ou procedimentos.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

Na qualidade de depositária dos livros representativos das ações, e onde estiver anotada a existência da GARANTIA ora instituída em favor dos AGENTES FIDUCIÁRIOS, a DEVEDORA ficará sujeita a todas as obrigações, deveres e responsabilidades previstos nos artigos 627 e seguintes do CÓDIGO CIVIL, e quaisquer outras disposições legais ou contratuais aplicáveis. A DEVEDORA será plena e exclusivamente responsável por todos os custos, despesas, tributos e encargos de qualquer tipo, perdas ou danos sofridos e/ou incorridos pelos AGENTES FIDUCIÁRIOS relativos, direta ou indiretamente, à posse dos livros representativos das ações, e onde estiver anotada a existência do ônus aqui previsto.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

Na hipótese de celebração de qualquer aditivo a este CONTRATO, para o fim de acrescentar a vinculação de qualquer novo ACIONISTA GARANTIDOR, desde que autorizado pelos AGENTES FIDUCIÁRIOS, nos termos das respectivas ESCRITURAS DE EMISSÃO, deverão ser comprovados aos AGENTES FIDUCIÁRIOS, em 10 (dez) Dias Úteis contados da assinatura do aditivo, a realização das devidas anotações no Livro de Registro de Ações Nominativas da DEVEDORA e/ou nos livros e sistemas da instituição financeira responsável pela prestação de serviços de escrituração das ações da DEVEDORA, para refletir as modificações correspondentes, com o seguinte teor: “*O Contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças , datado de [•] de [•] de 2021 é ora averbado para estender o penhor constituído nos termos desse último à totalidade das ações registradas em nome de [NOME DO ACIONISTA] [observada a Condição Suspensiva].”* Adicionalmente, na hipótese de ingresso de novos acionistas na DEVEDORA, os mesmos deverão aderir ao presente CONTRATO, bem como outorgar a procuração prevista na Cláusula Sétima, Parágrafos Primeiro e Segundo, na forma do Anexo III a este CONTRATO.

**PARÁGRAFO QUARTO**

A DEVEDORA e/ou os ACIONISTAS GARANTIDORES deverão cumprir, conforme o caso, com quaisquer outros requisitos e/ou formalidades oriundos da legislação aplicável individualmente a cada uma, e fornecer comprovações do cumprimento de tais requisitos aos AGENTES FIDUCIÁRIOS ou quaisquer de seus sucessores legais ou cessionários, bem como de quaisquer novos requisitos que venham a ser instituídos no futuro e que sejam necessários para a preservação integral da GARANTIA outorgada por meio deste CONTRATO. Na ausência de definição de outro prazo, pelas PARTES, em comum acordo, a comprovação do cumprimento dos registros, requisitos e formalidades de que trata este parágrafo deverá ser encaminhada aos AGENTES FIDUCIÁRIOS no prazo máximo de 15 (quinze) Dias Úteis, contados da data de cumprimento do respectivo requisito.

**CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSOS, DECLARAÇÕES E GARANTIAS DOS ACIONISTAS GARANTIDORES E DA DEVEDORA**

Cada um dos Acionistas Garantidores e a DEVEDORA obrigam-se e comprometem-se, sem prejuízo do cumprimento das demais obrigações previstas nas ESCRITURAS DE EMISSÃO, com relação a si próprio, a:

I - defender, às suas custas e expensas, os direitos dos AGENTES FIDUCIÁRIOS com relação ao penhor ora constituído contra quaisquer reivindicações e demandas de terceiros, mantendo os AGENTES FIDUCIÁRIOS indenes e a salvo de todas e quaisquer responsabilidades, custos e despesas (incluindo honorários advocatícios);

II – não votar no sentido de e/ou realizar ato próprio que implique a alteração da composição do capital social da DEVEDORA, inclusive, mas não se limitando, à hipótese de diluição de participação de acionista inadimplente, sem autorização prévia e expressa, por escrito, dos AGENTES FIDUCIÁRIOS;

III – (a) não vender (inclusive, em conjunto – *tag along*), ceder, transferir, permutar, emprestar ou, a qualquer título, alienar ou outorgar qualquer opção de compra ou venda, direitos de preferência e promessas de alienação de qualquer dos BeNS EmpenhadoS, exceto (i) se autorizado prévia e expressamente pelos AGENTES FIDUCIÁRIOS na forma das ESCRITURAS DE EMISSÃO; e (ii) pelos ÔNUS EXISTENTES até que seja implementada a CONDIÇÃO SUSPENSIVA (b) não criar ou permitir que exista qualquer ônus ou gravame sobre os BeNS EmpenhadoS, ou a eles relacionado, salvo os ônus resultantes deste CONTRATO; nas ESCRITURAS DE EMISSÃO e o ÔNUS EXISTENTE até que seja implementada a CONDIÇÃO SUSPENSIVA; (c) não restringir, depreciar ou diminuir a garantia e os direitos criados por este CONTRATO em favor dos AGENTES FIDUCIÁRIOS; e (d) não propor qualquer procedimento visando à liquidação, falência, recuperação judicial ou extrajudicial da DEVEDORA;

IV - a qualquer tempo durante a vigência deste CONTRATO e às expensas da Devedora e dos Acionistas Garantidores, prontamente tomar todas as medidas que venham a ser necessárias ou exigidas, ou que os AGENTES FIDUCIÁRIOS possam vir a solicitar, para o fim de conservar e proteger ou para permitir o exercício pelos AGENTES FIDUCIÁRIOS dos respectivos direitos e garantias instituídos por este Contrato, ou cuja instituição seja objetivada pelo presente Contrato;

V - fornecer aos AGENTES FIDUCIÁRIOS quaisquer informações ou documentos relativos aos Bens Empenhados em um prazo de 5 (cinco) dias contados da respectiva solicitação dos AGENTES FIDUCIÁRIOS, ressalvada a possibilidade de prorrogação do prazo por período adicional, a critério dos AGENTES FIDUCIÁRIOS;

VI - permitir aos AGENTES FIDUCIÁRIOS inspecionar todos os livros e registros da DEVEDORA com relação aos BeNS EmpenhadoS e produzir quaisquer cópias dos referidos registros conforme solicitado pelos AGENTES FIDUCIÁRIOS;

VII - para fins do disposto no artigo 113 da LEI DAS SOCIEDADES POR AÇÕES, votar contrariamente:

1. às reduções do capital social da Devedora, sem a devida aprovação prévia dos AGENTES FIDUCIÁRIOS, observado o disposto nas Escrituras de Emissão;
2. à emissão de novas ações representativas de tal capital (inclusive quaisquer opções ou demais direitos a ele relativos), (a) salvo conforme previsto e autorizado nas respectivas ESCRITURAS DE EMISSÃO ou para dar cumprimento às mesmas, (b) desde que quaisquer novas ações representativas do capital social da Devedora sejam empenhadas aos AGENTES FIDUCIÁRIOS, nos termos deste CONTRATO, observado a CONDIÇÃO SUSPENSIVA; e (c) desde que para a continuidade e benefício do PROJETO; e
3. à admissão de um novo acionista na Devedora em decorrência da transferência, a qualquer título, das ações ou direitos de subscrição, ou da emissão e subscrição de novas ações, exceto no caso de prévia e expressa autorização, por escrito, dos AGENTES FIDUCIÁRIOS, e desde que os beneficiários e titulares de quaisquer novas ações tornem-se PARTES do presente Contrato, firmando quaisquer documentos que sejam necessários para tal fim, inclusive a procuração prevista na Cláusula Sétima, Parágrafos Primeiro e Segundo, na forma do Anexo III a este Contrato;
4. à conversão das Ações Empenhadas, no todo ou em parte, em qualquer outro tipo de valor mobiliário, sem autorização prévia e expressa, por escrito, dos AGENTES FIDUCIÁRIOS;

IX - não praticar qualquer ato, que possa, direta ou indiretamente, prejudicar, modificar, restringir ou afetar, por qualquer forma, quaisquer direitos outorgados aos AGENTES FIDUCIÁRIOS por este Contrato, pelas ESCRITURAS DE EMISSÃO, pela lei aplicável ou, ainda, a execução da garantia ora instituída;

X - manter os Bens Empenhados em sua posse mansa e pacífica, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, exceto os previstos neste CONTRATO e pelos ÔNUS EXISTENTE;

XI - cumprir as disposições deste CONTRATO e das respectivas ESCRITURAS DE EMISSÃO;

XII - pagar ou fazer com que o contribuinte definido na legislação tributária pague, antes da incidência de qualquer multa, penalidades, juros ou despesas, todos os tributos e contribuições presentes ou futuramente incidentes sobre os Bens Empenhados de sua propriedade, e pagar ou fazer com que sejam pagas todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias de sua responsabilidade que, caso não sejam pagas, possam gozar de prioridade sobre as obrigações aqui garantidas, desde que referidas obrigações não estejam com sua exigibilidade suspensa em razão de ação judicial;

XIII - submeter qualquer aditivo ao Acordo de Acionistas da DEVEDORA, celebrado em 1 de abril de 2014 pelas ACIONISTAS GARANTIDORAS e, na qualidade de INTERVENIENTE-ANUENTE, a DEVEDORA (“**Acordo de Acionistas**”), que possa conflitar com as obrigações deste CONTRATO e das respectivas ESCRITURAS DE EMISSÃO, à prévia anuência dos AGENTES FIDUCIÁRIOS, e somente celebrá-lo após a aprovação expressa, por escrito, dos AGENTES FIDUCIÁRIOS, sendo certo que o descumprimento desta obrigação importará na total ineficácia do respectivo aditivo ao Acordo de Acionistas, sem prejuízo do disposto no Parágrafo Oitavo da Cláusula Décima Primeira deste CONTRATO;

XIV - reembolsar os AGENTES FIDUCIÁRIOS, mediante solicitação, de todos os custos e despesas incorridos e devidamente documentados na preservação de seus respectivos direitos sobre os BENS EMPENHADOS e no exercício ou execução de quaisquer dos direitos nos termos deste CONTRATO;

XV - em caso de excussão da garantia prevista no presente CONTRATO, transferir para os AGENTES FIDUCIÁRIOS a totalidade das AÇÕES EMPENHADAS, livres de quaisquer ônus, nos termos da Cláusula Sétima deste CONTRATO, observada a CONDIÇÃO SUSPENSIVA;

XVI – fornecer aos AGENTES FIDUCIÁRIOS todas as informações e documentos comprobatórios com relação aos BENS EMPENHADOS que sejam solicitados por escrito de forma a permitir que os AGENTES FIDUCIÁRIOS executem as disposições do presente CONTRATO;

XVII - aportar, de forma proporcional à sua participação acionária, na DEVEDORA sob a forma de capital, mediante subscrição e integralização, em moeda corrente nacional, de novas ações, os recursos necessários: (i) à conclusão do PROJETO, conforme cronograma de implantação previsto pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, inclusive com vistas à correção de eventuais atrasos na obra e falhas na implementação do PROJETO; e (ii) à cobertura de qualquer insuficiência que vier a ocorrer na execução do PROJETO ou acréscimos do orçamento global do PROJETO; e

XVIII - manter válidas as autorizações para cumprimento de todas as obrigações previstas no presente CONTRATO, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor durante todo o prazo de vigência deste CONTRATO e enquanto subsistirem as OBRIGAÇÕES GARANTIDAS.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Os Acionistas Garantidores renunciam, neste ato, a qualquer direito de sub-rogação que possam vir a ser titulares, a qualquer tempo enquanto as obrigações das respectivas ESCRITURAS DE EMISSÃO garantidas por este penhor não tenham sido integralmente satisfeitas, contra a DEVEDORA, no caso de excussão da presente GARANTIA.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

Os Acionistas Garantidores e a Devedora declaram e garantem, com relação a si próprios no que lhes for aplicável, que:

1. as Ações Empenhadas foram devidamente subscritas ou adquiridas, conforme o caso, pelos Acionistas Garantidores e foram devidamente registradas no nome de cada um no Livro de Registro de Ações Nominativas da DEVEDORA, sendo que nenhuma Ação Empenhada foi emitida com infração a qualquer direito, direito de preferência ou de qualquer outra natureza, de qualquer acionista da DEVEDORA, atual ou anterior;
2. os ACIONISTAS GARANTIDORES são legítimos titulares e possuidores, em conjunto, de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social total e votante da DEVEDORA, conforme descrição contida no Anexo II ao presente CONTRATO, as quais se encontram livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, garantias, ou restrições de transferência, exceto pelo ônus decorrente deste CONTRATO e pelo ÔNUS EXISTENTE;
3. exceto no que se refere ao Acordo de Acionistas, não existe qualquer outro acordo de acionistas ou outro acordo de votos entre os ACIONISTAS GARANTIDORES envolvendo as AÇÕES EMPENHADAS, e o Acordo de Acionistas existente não restringe a oneração das AÇÕES EMPENHADAS, nem tampouco afeta negativamente a execução da GARANTIA. Cada ACIONISTA GARANTIDOR possui, individualmente, plenos poderes para entregar e dar em penhor os BENS EMPENHADOS aos AGENTES FIDUCIÁRIOS, nos termos previstos no presente CONTRATO;
4. observaram todas as normas e atos societários, cumpriram todas as determinações legais e de natureza administrativa e obtiveram todas as autorizações, permissões, licenças, aprovações societárias e demais atos que porventura fossem necessários para a válida e eficaz constituição do presente penhor e cumprimento do presente CONTRATO;
5. não existe qualquer reivindicação, demanda, ação judicial, inquérito, processo ou procedimento pendente do qual os ACIONISTAS GARANTIDORES ou a DEVEDORA tenham conhecimento, ajuizado, instaurado ou requerido perante qualquer árbitro, juízo ou qualquer outra autoridade com relação aos BENS EMPENHADOS e ao penhor ora constituído que, por si ou em conjunto com qualquer outro, tenha afetado ou possa vir a afetar, por qualquer forma, a presente garantia e/ou a capacidade da DEVEDORA ou de quaisquer dos ACIONISTAS GARANTIDORES, de efetuar os pagamentos ou de honrar suas demais obrigações previstas neste CONTRATO ou nas respectivas ESCRITURAS DE EMISSÃO. Sem limitar a generalidade do acima previsto, os ACIONISTAS GARANTIDORES garantem e declaram que se encontram em dia com todas as suas obrigações legais e regulatórias, relativas aos BENS EMPENHADOS;
6. a celebração e o cumprimento deste CONTRATO pelos ACIONISTAS GARANTIDORES e pela DEVEDORA foram devidamente autorizados por todas as respectivas autoridades competentes conforme exigido pela lei aplicável. Após o cumprimento das demais formalidades descritas na Cláusula Terceira acima, o penhor sobre os BENS EMPENHADOS, de acordo com este CONTRATO, constituir-se-á um direito real de garantia válido, perfeito, eficaz, legítimo e legal, para o fim de garantir o pagamento das obrigações decorrentes das ESCRITURAS DE EMISSÃO, sujeito à CONDIÇÃO SUSPENSIVA;
7. cada ACIONISTA GARANTIDOR, observado o ÔNUS EXISTENTE, detém o direito de voto com relação às AÇÕES EMPENHADAS, bem como os poderes para dar em penhor os BENS EMPENHADOS e sobre eles instituir um direito real de garantia, nos termos previstos neste CONTRATO, bem como para cumprir as obrigações a eles atribuídas, nos termos do presente CONTRATO. A DEVEDORA e cada ACIONISTA GARANTIDOR estão regularmente constituídos, de acordo com as leis brasileiras, bem como os representantes legais de cada ACIONISTA GARANTIDOR e da DEVEDORA, que assinam o presente CONTRATO, possuem capacidade legal e poderes e obtiveram todas as autorizações societárias necessárias para celebrar o presente CONTRATO, constituir o penhor e outorgar a procuração;
8. a celebração e o cumprimento, pelos ACIONISTAS GARANTIDORES e pela DEVEDORA, deste CONTRATO não violam nem violarão, conforme o caso: (i) os atos constitutivos dos ACIONISTAS GARANTIDORES e da DEVEDORA; (ii) qualquer contrato ou obrigação do qual qualquer um dos ACIONISTAS GARANTIDORES ou a DEVEDORA seja parte, (iii) qualquer disposição legal; (iv) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, arbitral ou judicial de que tenham conhecimento ou a que estejam sujeitos nesta data;
9. o Anexo II ao presente CONTRATO contém a descrição de todas as ações emitidas pela DEVEDORA, representativas da totalidade do capital social de titularidade dos ACIONISTAS GARANTIDORES na presente data;

(j) a procuração outorgada nos termos da Cláusula Sétima, Parágrafos Primeiro e Segundo abaixo, conferida pelos representantes legais de cada ACIONISTA GARANTIDOR e da DEVEDORA, confere, validamente, os poderes ali indicados aos AGENTES FIDUCIÁRIOS, e nem os ACIONISTAS GARANTIDORES nem a DEVEDORA outorgaram qualquer outra procuração ou instrumento com efeito similar a quaisquer terceiros com relação aos BENS EMPENHADOS, exceto por aquelas constituídas no âmbito do Contrato de Penhor Original;

(k) têm plena ciência do conteúdo das respectivas ESCRITURAS DE EMISSÃO;

(l) são sociedades devidamente constituídas, em conformidade com as leis do Brasil, possuindo plena capacidade jurídica para celebrar este CONTRATO e cumprir as obrigações ora assumidas;

(m) foram apresentadas aos AGENTES FIDUCIÁRIOS todas as aprovações societárias necessárias e todos os atos contratualmente exigidos para autorizar a celebração deste CONTRATO e a constituição do presente penhor, de acordo com os termos aqui estabelecidos;

(n) este CONTRATO constitui uma obrigação legal, válida e exequível, de acordo com seus termos e em conformidade com a legislação aplicável, e não há qualquer fato impeditivo ao presente penhor, observada a CONDIÇÃO SUSPENSIVA;

(o) estão em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, inclusive no que se refere ao pagamento da COFINS - Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social, ao recolhimento das contribuições devidas ao FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e ao PIS - Fundo de Participação do Programa de Integração Social e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, ressalvadas aquelas obrigações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativas e/ou judiciais; e

(p) o presente CONTRATO não viola o CONTRATO DE CONCESSÃO, em relação aos Acionistas Garantidores na qualidade de intervenientes do CONTRATO DE CONCESSÃO e à Devedora, na qualidade de concessionária do CONTRATO DE CONCESSÃO.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

As declarações e garantias previstas neste CONTRATO deverão subsistir após a celebração do presente CONTRATO e serão automaticamente havidas por consolidadas e aplicáveis quando do registro deste CONTRATO. A DEVEDORA e os AcionistaS GarantidorES, conforme o caso, se comprometem a notificar os AGENTES FIDUCIÁRIOS, em até 2 (dois) Dias Úteis contados a partir da data de conhecimento, caso quaisquer das declarações prestadas no Parágrafo Segundo desta Cláusula acima tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas, sem prejuízo de eventual descumprimento de obrigação não financeira pela DEVEDORA.

**Cláusula quinta – dividendos e juros sobre capital próprio**

Respeitadas as disposições das respectivas ESCRITURAS DE EMISSÃO e desde que inexista qualquer inadimplemento, de qualquer natureza, nas respectivas ESCRITURAS DE EMISSÃO, o pagamento de dividendos, lucros, frutos, bonificações, juros sobre o capital próprio, distribuições ou de rendimentos relativos às AÇÕES EMPENHADAS poderá ser feito pela DEVEDORA diretamente aos ACIONISTAS GARANTIDORES.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Observada a CONDIÇÃO SUSPENSIVA, na hipótese de inadimplemento ou declaração de vencimento antecipado das ESCRITURAS DE EMISSÃO, a DEVEDORA deverá pagar os dividendos, lucros, frutos, bonificações, juros sobre o capital próprio, distribuições ou de rendimentos referidos no “caput” da presente Cláusula, mesmo que já tenham sido declarados, diretamente aos AGENTES FIDUCIÁRIOS, conforme instruções a serem emitidas por cada AGENTE FIDUCIÁRIO e observada a CONDIÇÃO SUSPENSIVA.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

Os AGENTES FIDUCIÁRIOS utilizarão os valores recebidos nos termos do Parágrafo Primeiro acima para amortizar ou liquidar as obrigações vencidas nos termos das ESCRITURAS DE EMISSÃO até o limite do saldo devedor existente, devolvendo aos ACIONISTAS GARANTIDORES qualquer saldo remanescente, se houver.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

Para fins do aperfeiçoamento da garantia relativa ao penhor dos dividendos prevista nesta Cláusula e na alínea “c” da Cláusula Primeira, conforme previsão do art. 1453 do CÓDIGO CIVIL, a DEVEDORA declara-se ciente de que tais créditos foram empenhados, sujeito à CONDIÇÃO SUSPENSIVA, e não possui qualquer oposição à constituição dessa garantia.

**cláusula sEXTA - Direitos de Voto E Direito de Veto**

Os ACIONISTAS GARANTIDORES poderão exercer seus direitos de voto em relação às AÇÕES EMPENHADAS livremente durante a vigência deste CONTRATO, respeitadas as disposições das respectivas ESCRITURAS DE EMISSÃO. Entretanto, para fins do disposto no artigo 113 da LEI DAS SOCIEDADES POR AÇÕES, as deliberações societárias concernentes à DEVEDORA relativas às matérias a seguir relacionadas estarão sempre sujeitas à aprovação, prévia e por escrito, dos AGENTES FIDUCIÁRIOS, após a comunicação enviada pela DEVEDORA neste sentido:

1. a incorporação, fusão, cisão, incorporação de ações ou transformação da DEVEDORA em qualquer outro tipo societário, bem como o resgate ou amortização de ações representativas do capital social da DEVEDORA, quer com redução, ou não, de seu capital social;
2. a prática de qualquer ato, ou a celebração de qualquer documento, para o fim de aprovar, requerer ou concordar com falência, liquidação ou recuperação, judicial ou extrajudicial, da DEVEDORA;
3. a contratação de qualquer operação que, de qualquer forma, dê origem a novos endividamentos, realizada em desconformidade com as ESCRITURAS DE EMISSÃO;
4. a constituição de ônus, a outorga de garantias a quaisquer terceiros e outras operações, exceto se permitidos nas respectivas ESCRITURAS DE EMISSÃO;
5. alteração do mínimo obrigatório de dividendos de 25% do lucro líquido ajustado no Estatuto Social da DEVEDORA, e da política de distribuição de frutos ou vantagens, em desacordo com as ESCRITURAS DE EMISSÃO;
6. emissão de novas ações, de bônus de subscrição, debêntures conversíveis em ações ou de partes beneficiárias, inclusive criação, emissão ou venda de quaisquer títulos de dívidas emitidos pela DEVEDORA, bem como a outorga de opção de compra de quaisquer desses títulos, realizadas em desconformidade com as ESCRITURAS DE EMISSÃO e observado o disposto na Cláusula Quarta, inciso VII, item (ii) deste CONTRATO;
7. criação de nova espécie ou classe de ações, inclusive por conversão de ações;
8. desdobramento ou grupamento de ações;
9. distribuição de dividendos e/ou pagamentos de juros sobre capital próprio cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado do exercício anterior, observado o disposto na Escritura de Emissão;
10. todas as deliberações que, nos termos da lei aplicável, possam acarretar o direito de recesso ao acionista dissidente;
11. a prática de qualquer ato, visando à alteração dos termos da concessão para a prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e/ou sua transferência a terceiros, ressalvadas as determinações do órgão regulador;
12. constituição ou dissolução de subsidiária pela DEVEDORA;
13. participação em outras sociedades ou empreendimentos, na qualidade de sócio ou acionistas, parceiro em *joint venture* ou membro de consórcio;
14. quaisquer alterações aos atos societários da DEVEDORA com relação às matérias indicadas nesta Cláusula Sexta e em relação aos quóruns previstos do Estatuto Social da DEVEDORA, ou que possam, de alguma forma, depreciar o valor da GARANTIA; e
15. quaisquer outras ações que requeiram o consentimento dos AGENTES FIDUCIÁRIOS nos termos das respectivas ESCRITURAS DE EMISSÃO.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Mediante a ocorrência de um inadimplemento nos termos das respectivas ESCRITURAS DE EMISSÃO e, em qualquer caso, até que as OBRIGAÇÕES GARANTIDAS tenham sido quitadas, todos e quaisquer direitos de voto relativos às AÇÕES EMPENHADAS só poderão ser exercidos mediante o prévio consentimento por escrito dos AGENTES FIDUCIÁRIOS.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

A DEVEDORA não deverá registrar ou implementar qualquer voto dos ACIONISTAS GARANTIDORES que viole os termos e condições previstos nesta Cláusula Sexta e/ou, nas ESCRITURAS DE EMISSÃO, que por qualquer outra forma, possa ter um efeito prejudicial quanto à eficácia, validade ou prioridade do penhor ora instituído em favor dos AGENTES FIDUCIÁRIOS. Na hipótese de ser tomada qualquer deliberação societária com infração ao conteúdo do presente CONTRATO e/ou das ESCRITURAS DE EMISSÃO, tal deliberação será nula de pleno de direito, assegurado aos AGENTES FIDUCIÁRIOS o direito de tomar as medidas legais cabíveis para impedir que tal deliberação produza quaisquer efeitos, quer antes ou após a sua aprovação, tudo sem prejuízo do exercício pelos AGENTES FIDUCIÁRIOS de quaisquer outros direitos ou medidas que lhes sejam conferidos por este CONTRATO, pelas respectivas ESCRITURAS DE EMISSÃO ou pela lei aplicável.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

Fica desde já certo e ajustado que os AGENTES FIDUCIÁRIOS, somente poderão se manifestar conforme instruídos pelos DEBENTURISTAS DA 2ª EMISSÃO e DEBENTURISTAS DA 3ª EMISSÃO, conforme aplicável, após a realização de assembleia geral dos DEBENTURISTAS DA 2ª EMISSÃO e de assembleia geral dos DEBENTURISTAS DA 3ª EMISSÃ**O**. Caso tal assembleia não seja instalada ou, ainda que instalada, não haja quórum para deliberação da matéria em questão, o respectivo AGENTE FIDUCIÁRIO deverá permanecer silente quanto ao exercício do direito em tela, sendo certo que seu silêncio, nessa hipótese, não será interpretado como negligência, não podendo ser a ele imputado qualquer responsabilização decorrente da ausência de manifestação.

**Cláusula SÉTIMA – Excussão da Garantia**

Verificado o atendimento da CONDIÇÃO SUSPENSIVA e observado o previsto no CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO, no caso de declaração de vencimento antecipado das ESCRITURAS DE EMISSÃO, ou vencimento final sem a devida quitação, os AGENTES FIDUCIÁRIOS poderão, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, agindo diretamente ou por meio de quaisquer procuradores, alienar ou excutir os BENS EMPENHADOS (ou parte destes), podendo prontamente vender ou ceder, conferir opção ou opções de compra sobre, ou, por outra forma, alienar e entregar os BENS EMPENHADOS, no todo ou em parte, pelos preços, termos e condições que venham a entender adequados, por meio de venda privada ou pública, pelo critério de melhor preço, na forma do disposto nos artigos 1.433 e 1.435 do CÓDIGO CIVIL, e obedecendo ao princípio da vedação ao enriquecimento sem causa e o Parágrafo Oitavo da Cláusula Décima Primeira desde CONTRATO, sem prejuízo das demais leis aplicáveis e obedecidas as normas legais vigentes, e aplicar os valores assim recebidos de acordo com as ESCRITURAS DE EMISSÃO. Os AGENTES FIDUCIÁRIOS deverão (i) utilizar esses valores para pagamento das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS no âmbito de cada Escritura de Emissão, devendo deduzir todas as despesas comprovadas e tributos incidentes, inclusive as decorrentes da execução da GARANTIA; (ii) deduzir do saldo devedor das respectivas dívidas os valores recebidos; e (iii) entregar aos ACIONISTAS GARANTIDORES o saldo dos valores que eventualmente restem, na proporção de sua participação acionária anterior à excussão da GARANTIA.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Os ACIONISTAS GARANTIDORES e a DEVEDORA,neste ato,em caráter irrevogável e irretratável, nos termos dos artigos 661, 684 e 1.433 do CÓDIGO CIVIL, até a final liquidação das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS, nomeiam e constituem os AGENTES FIDUCIÁRIOS como seus procuradores para que possam tomar, em conjunto ou isoladamente em nome das referidas sociedades, nas hipóteses de inadimplemento no vencimento final e/ou declaração de vencimento antecipado nos termos das respectivas ESCRITURAS DE EMISSÃO, conforme o caso,qualquer medida com relação às matérias aqui tratadas:

I - cobrar, receber, vender ou fazer com que seja vendida, ceder, conferir opção ou opções de compra ou de outra forma alienar, conforme o caso, a totalidade ou qualquer parte dos BENS EMPENHADOS, por meio de venda pública ou privada, podendo, para tanto, contratar empresa especializada, obedecida a legislação aplicável, e independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, observada a exigência de prévia autorização da ANEEL para transferência da titularidade das AÇÕES EMPENHADAS para terceiros;

II - demandar e receber quaisquer rendimentos das ações e os recursos oriundos da alienação dos BENS EMPENHADOS, aplicando-os no pagamento e/ou amortização das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS, devendo deduzir todas as despesas comprovadamente incorridas e tributos eventualmente incidentes e entregar aos ACIONISTAS GARANTIDORES o que eventualmente restar após o pagamento de todos os débitos, na proporção que lhes for devido;

III - assinar todos e quaisquer instrumentos e praticar todos os atos perante qualquer terceiro ou autoridade governamental, incluindo, sem limitação, a ANEEL, a CVM e qualquer bolsa de valores ou câmara de liquidação na hipótese de um leilão, que sejam necessários para efetuar a venda pública ou privada das AÇÕES EMPENHADAS, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, inclusive requerer a respectiva autorização ou aprovação;

IV - firmar os respectivos contratos de venda e quaisquer outros documentos que possam ser necessários para o fim de formalizar a transferência dos BENS EMPENHADOS, no todo ou em parte, a quaisquer terceiros, inclusive Termos de Transferências no Livro de Transferência e/ou Registro de Ações Nominativas da DEVEDORA transferindo posse e domínio, dando e recebendo quitações;

V - representar a DEVEDORA e os ACIONISTAS GARANTIDORES na esfera judicial ou extrajudicial, perante terceiros e todas e quaisquer agências ou autoridades federais, estaduais ou municipais, em todas as suas respectivas divisões e departamentos, incluindo, entre outras, juntas comerciais, conforme aplicável, CARTÓRIOS DE RTD, bancos, Ministério de Minas e Energia, ANEEL e a Secretaria da Receita Federal do Brasil, em todos os atos que possam ser necessários para o fim de formalizar a transferência dos BENS EMPENHADOS, no todo ou em parte, a quaisquer terceiros, com poderes para receber valores, dar quitação e transigir, nos termos do presente CONTRATO; e

VI - praticar qualquer ato e firmar qualquer instrumento de acordo com os termos e para os fins deste CONTRATO ou que sejam necessários ou recomendáveis para o cumprimento das obrigações, principais e acessórias, decorrentes das ESCRITURAS DE EMISSÃO e a excussão da presente GARANTIA, incluindo todas as faculdades previstas na Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

O direito descrito no Parágrafo Primeiro acima é adicionalmente conferido aos AGENTES FIDUCIÁRIOS em conformidade com a procuração a ser outorgada pelos ACIONISTAS GARANTIDORESe a DEVEDORA em favor dos AGENTES FIDUCIÁRIOS, por instrumento público ou particular, nos termos do Anexo III a este CONTRATO, que será parte integrante deste CONTRATO, e cuja certidão do Ofício de Notas, caso firmado por instrumento público, ou instrumento de mandato, caso firmada por instrumento particular, deve ser entregue aos AGENTES FIDUCIÁRIOS no prazo de até 30 (trinta) dias corridos a contar da data da celebração do presente CONTRATO. Esta procuração é outorgada como condição deste CONTRATO, a fim de assegurar o cumprimento das obrigações nele estabelecidas, nos termos do artigo 684 do CÓDIGO CIVIL. Esta procuração será válida e eficaz pelo prazo de vigência deste CONTRATO, enquanto subsistirem OBRIGAÇÕES GARANTIDAS a serem liquidadas.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

Os ACIONISTAS GARANTIDORES e a DEVEDORA, neste ato, renunciam em favor dos AGENTES FIDUCIÁRIOS, a qualquer privilégio legal que possa afetar a livre e integral exequibilidade ou exercício de quaisquer direitos dos AGENTES FIDUCIÁRIOS nos termos deste CONTRATO, estendendo-se referida renúncia, inclusive e sem qualquer limitação, a quaisquer direitos de preferência ou direitos relativos à posse indireta da garantia por parte dos AGENTES FIDUCIÁRIOS.

**PARÁGRAFO QUARTO**

Na hipótese de ocorrer chamada de capital quanto às ações de emissão da DEVEDORA ainda não integralizadas, os AGENTES FIDUCIÁRIOS poderão, a seu exclusivo critério, executar os ACIONISTAS GARANTIDORES que não realizarem a integralização de capital ou efetuá-lo sob protesto.

**PARÁGRAFO QUINTO**

Caso seja exigido pela legislação aplicável, à época da transferência das ações que importem mudança do controle societário da DEVEDORA, em razão da excussão da GARANTIA, os AGENTES FIDUCIÁRIOS requererão a anuência da ANEEL para a referida transferência, devendo os ACIONISTAS GARANTIDORES e a DEVEDORA contribuírem com tudo que for necessário para a obtenção de tal autorização.

**PARÁGRAFO SEXTO**

Os ACIONISTAS GARANTIDORES renunciam, neste ato, à sub-rogação nos direitos de crédito correspondentes às obrigações assumidas nas ESCRITURAS DE EMISSÃO. Assim, na hipótese de excussão da presente GARANTIA, os ACIONISTAS GARANTIDORES não terão qualquer direito de reaver da DEVEDORA, dos AGENTES FIDUCIÁRIOS ou do adquirente, qualquer valor decorrente da alienação e transferência das AÇÕES EMPENHADAS até que as OBRIGAÇÕES GARANTIDAS tenham sido integralmente cumpridas e nada mais seja devido aos AGENTES FIDUCIÁRIOS.

**PARÁGRAFO SÉTIMO**

Os ACIONISTAS GARANTIDORES reconhecem: (i) que não terão qualquer pretensão ou ação contra a DEVEDORA, os AGENTES FIDUCIÁRIOS e/ou contra os adquirentes das AÇÕES EMPENHADAS em decorrência da excussão das AÇÕES EMPENHADAS; e (ii) que a ausência de sub-rogação não implica enriquecimento sem causa da DEVEDORA, dos AGENTES FIDUCIÁRIOS e/ou dos adquirentes das AÇÕES EMPENHADAS, haja vista que (a) a DEVEDORA é a devedora principal no âmbito das ESCRITURAS DE EMISSÃO; (b) em caso de excussão da presente Garantia, a não sub-rogação representará um aumento equivalente e proporcional no valor das AÇÕES EMPENHADAS; e (c) o valor residual de venda das AÇÕES EMPENHADAS será restituído aos ACIONISTAS GARANTIDORES, após a liquidação integral das obrigações assumidas nas ESCRITURAS DE EMISSÃO.

**PARÁGRAFO OITAVO**

Caso os recursos apurados de acordo com os procedimentos de excussão previstos nesta Cláusula não sejam suficientes para liquidar as OBRIGAÇÕES GARANTIDAS, a DEVEDORA, na forma das ESCRITURAS DE EMISSÃO, permanecerá responsável pelo saldo remanescente atualizado das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS, até a sua integral liquidação.

**Cláusula OITAVA – Comunicações**

Qualquer comunicação relacionada a este CONTRATO, salvo disposição em contrário, deverá ser feita por escrito e entregue por correspondência registrada, e-mail ou ao portador para os endereços abaixo indicados, ou para outro endereço que a PARTE fornecer, por escrito, às demais PARTES:

|  |  |
| --- | --- |
| Para a Devedora: | **Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.**  Avenida Jundiái, nº 1.184, 5º andar  13.208-053, Jundiaí, SP  At.: Eduardo Henrique Garcia – Diretor Financeiro  Tel.: (11) 91063-3439  E-mail: eduardo.garcia@msgtrans.com.br |
| Para o Agente Fiduciário da Segunda Emissão: | **Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**  Rua Sete de Setembro, nº 99 – 24º andar  20050-005, Rio de Janeiro, RJ  At.: Carlos Alberto Bacha / Matheus Gomes Faria / Rinaldo Rabello Ferreira  Tel.: (21) 2507-1949 / (11) 3090-0447  E-mail: [fiduciario@simplificpavarini.com.br](mailto:fiduciario@simplificpavarini.com.br) |
| Para o Agente Fiduciário da 3ª Emissão: | **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**  Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304  22.640-102, Rio de Janeiro, RJ  At.: Marcelle Motta Santoro, Marco Aurélio Ferreira, Karolina Vangelotti  Telefone: (21) 3385-4565  E-mail: monitoramento@pentagonotrustee.com.br |
| Para a Copel: | **Companhia Paranaense de Energia**  Rua José Izidoro Biazetto, nº 158  81.200-240, Curitiba – PR  At.: [•]  Tel.: ([•]) [•]  E-mail: [•] |
| Para a Copel GT: | **Copel Geração e Transmissão S.A.**  Rua José Izidoro Biazetto, nº 158, Bloco A  81200-240, Curitiba, PR  At.: [•]  Tel.: ([•]) [•]  E-mail: [•] |
| Para Furnas: | **Furnas Centrais Elétricas S.A.**  Avenida Graça Aranha, nº 26, Lojas A e B, Salas 201 a 2101  CEP 20.030-000, Rio de Janeiro – RJ  At.: [•]  Tel.: ([•]) [•]  E-mail: [•] |

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

As comunicações referentes a este CONTRATO serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por e-mail serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada por escrito às demais PARTES pela PARTE que tiver seu endereço alterado, sem necessidade de aditamento ao presente.

**CLÁUSULA NONA – LEI APLICÁVEL E ELEIÇÃO DE FORO**

Este CONTRATO será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil e constitui título executivo extrajudicial, de acordo com os termos do artigo 784, incisos I e V, da Lei 13.105, de 16 de março de 2015. Os ACIONISTAS GARANTIDORES e a DEVEDORA, neste ato, reconhecem e concordam que toda e qualquer obrigação assumida ou que lhes possa ser imputada, nos termos do presente CONTRATO ou a ele relacionada, estará sujeita à execução específica de acordo com, entre outros, o artigo 815 e seguintes da Lei 13.105, de 16 de março de 2015.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Ficam eleitos como Foros para dirimir litígios oriundos deste CONTRATO, que não puderem ser solucionados extrajudicialmente, o do município de São Paulo, estado de São Paulo.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

Nada contido no presente CONTRATO afetará o direito dos AGENTES FIDUCIÁRIOS de promover a citação dos ACIONISTAS GARANTIDORES e da DEVEDORA por qualquer outra forma permitida pela lei aplicável.

**CLÁUSULA DÉCIMA– CESSÃO**

Nem os ACIONISTAS GARANTIDORES nem a DEVEDORA poderão transferir quaisquer de seus direitos ou obrigações aqui previstos, sem o prévio consentimento por escrito dos AGENTES FIDUCIÁRIOS, exceto conforme previsto nas respectivas ESCRITURAS DE EMISSÃO. Os AGENTES FIDUCIÁRIOS poderão, observadas as disposições regulamentares vigentes e os termos e condições das respectivas ESCRITURAS DE EMISSÃO, ceder ou de outra forma transferir seus direitos e obrigações, ou qualquer parte dos mesmos, no todo ou em parte, a terceiros, os quais o sucederão em relação aos direitos e obrigações cedidos. Os ACIONISTAS GARANTIDORES e a DEVEDORA obrigam-se a celebrar todo e qualquer instrumento que venha a ser solicitado pelos AGENTES FIDUCIÁRIOS para formalizar o ingresso de um cessionário. Os ACIONISTAS GARANTIDORES e a DEVEDORA obrigam-se ainda a registrá-lo, às suas expensas, nos termos deste CONTRATO.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS**

A omissão ou atraso no exercício de qualquer direito, poder ou privilégio aqui previsto, não poderá ser interpretado como renúncia ou novação do presente CONTRATO ou de qualquer outro instrumento. O exercício parcial de qualquer direito não impedirá seu exercício futuro ou o exercício de qualquer outro direito. A renúncia expressa, por escrito ou não, a um determinado direito não deverá ser considerada como renúncia a qualquer outro direito.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Se qualquer cláusula do presente CONTRATO for considerada inválida ou não exequível por uma autoridade de qualquer jurisdição competente, a referida cláusula deverá ser eliminada do CONTRATO, sem, contudo, afetar a validade ou a exequibilidade das demais cláusulas. Em substituição a qualquer cláusula assim eliminada, as PARTES deverão negociar uma disposição similar, que reflita sua intenção original, na medida do permitido pela respectiva decisão proferida pela referida autoridade.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

O não cumprimento pelos ACIONISTAS GARANTIDORES ou pela DEVEDORA de quaisquer obrigações previstas no presente CONTRATO caracterizará inadimplemento nos termos das ESCRITURAS DE EMISSÃO, independentemente da notificação, pelos AGENTES FIDUCIÁRIOS, para a constituição em mora dos ACIONISTAS GARANTIDORES ou da DEVEDORA, conforme o caso.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

O penhor instituído pelo presente CONTRATO será adicional a, e sem prejuízo de, quaisquer outras garantias ou direito real de garantia outorgados pelos ACIONISTAS GARANTIDORES, pela DEVEDORA ou por qualquer terceiro como garantia das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS e poderá ser excutido de forma isolada, alternativa ou conjuntamente, com qualquer outra garantia ou direito real de garantia independentemente de qualquer ordem ou preferência.

**PARÁGRAFO QUARTO**

O presente CONTRATO não constitui novação nem tampouco modifica quaisquer obrigações da DEVEDORA e/ou dos ACIONISTAS GARANTIDORES para com os AGENTES FIDUCIÁRIOS, nos termos de quaisquer contratos entre eles celebrados, inclusive, entre outros, as ESCRITURAS DE EMISSÃO.

**PARÁGRAFO QUARTO**

O exercício pelos AGENTES FIDUCIÁRIOS de quaisquer de seus direitos ou recursos previstos neste CONTRATO não exonerará a DEVEDORA e/ou os ACIONISTAS GARANTIDORES de quaisquer de seus respectivos deveres ou obrigações, nos termos das ESCRITURAS DE EMISSÃO.

**PARÁGRAFO QUINTO**

O presente CONTRATO institui um direito de garantia permanente sobre os BENS EMPENHADOS, obervada a CONDIÇÃO SUSPENSIVA e deverá (i) permanecer em pleno vigor até a liquidação integral de todas as OBRIGAÇÕES GARANTIDAS, somente sendo extinta a GARANTIA com a entrega de termo de liberação por cada um dos AGENTES FIDUCIÁRIOS, observado o disposto no Parágrafo Sexto abaixo; (ii) vincular a DEVEDORA, os ACIONISTAS GARANTIDORES, seus sucessores, herdeiros e cessionários autorizados, e (iii) beneficiar os AGENTES FIDUCIÁRIOS e seus sucessores e cessionários.

**PARÁGRAFO SEXTO**

Com a efetiva liquidação das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS das respectivas ESCRITURAS DE EMISSÃO, cada um dos AGENTES FIDUCIÁRIOS deverá (i) assinar todos e quaisquer documentos solicitados pela DEVEDORA e/ou pelos ACIONISTAS GARANTIDORES para fins de liberação da presente garantia, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do recebimento de tais documentos pelo respectivo AGENTE FIDUCIÁRIO, desde que comprovada a efetiva liquidação das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS da respectiva ESCRITURA DE EMISSÃO. Não obstante o recebimento do termo de liberação por um dos AGENTES FIDUCIÁRIOS, a garantia somente será liberada com a entrega de declaração de quitação por cada um dos AGENTES FIDUCIÁRIOS.

**PARÁGRAFO SÉTIMO**

Qualquer alteração dos termos e condições deste CONTRATO somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio e assinado pelas PARTES.

**PARÁGRAFO OITAVO**

As PARTES declaram conhecer o direito de preferência, convencionado pelos ACIONISTAS GARANTIDORES no âmbito das [Cláusulas 10 e 11 do Acordo de Acionistas], as quais serão observadas pelas PARTES em caso de excussão, inclusive no que se refere à necessidade de prévia e expressa anuência dos AGENTES FIDUCIÁRIOS para o exercício de direito de preferência pelos ACIONISTAS GARANTIDORES, conforme previsto na [Cláusula 10.9] do Acordo de Acionistas.

E, por estarem assim certas e ajustadas, as Partes firmam este CONTRATO, em 1 (uma) via eletrônica, juntamente com as duas testemunhas abaixo assinadas.

As Partes concordam e convencionam que a celebração deste Contrato poderá ser feita por meio eletrônico, sendo consideradas válidas apenas as assinaturas eletrônicas realizadas por meio de certificado digital validado conforme a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº2.200-2, de 24 de agosto de 2001. As Partes reconhecem, de forma irrevogável e irretratável, a autenticidade, validade e a plena eficácia da assinatura por certificado digital, para todos os fins de direito.

São Paulo, [•] de [•] de 2021

(As assinaturas se encontram nas páginas seguintes)

(O restante da página foi intencionalmente deixado em branco)

(Página 1/5 de assinaturas do Contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças, que entre si fazem a Copel Geração e Transmissão S.A., Furnas - Centrais Elétricas S.A., Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, com interveniência da Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.)

**COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.**

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nome:  Cargo:  CPF/ME: | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nome:  Cargo:  CPF/ME: |

(Página 2/5 de de assinaturas do Contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças, que entre si fazem a Copel Geração e Transmissão S.A., Furnas - Centrais Elétricas S.A., Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, com interveniência da Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.)

**FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A**

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nome:  Cargo:  CPF/ME: | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nome:  Cargo:  CPF/ME: |

(Página 3/5 de de assinaturas do Contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças, que entre si fazem a Copel Geração e Transmissão S.A., Furnas - Centrais Elétricas S.A., Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, com interveniência da Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.)

**SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nome:  Cargo:  CPF/ME: |  |

(Página 4/5 de de assinaturas do Contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças, que entre si fazem a Copel Geração e Transmissão S.A., Furnas - Centrais Elétricas S.A., Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, com interveniência da Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.)

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

|  |
| --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nome:  CargCargo:  CPF/ME: |

(Página 5/6 de de assinaturas do Contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças, que entre si fazem a Copel Geração e Transmissão S.A., Furnas - Centrais Elétricas S.A., Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, com interveniência da Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.)

**MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSÃO S.A.**

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nome:  Cargo:  CPF/ME: | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nome:  Cargo:  CPF/ME: |

(Página 6/6 de de assinaturas do Contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças, que entre si fazem a Copel Geração e Transmissão S.A., Furnas - Centrais Elétricas S.A., Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, com interveniência da Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.)

**TESTEMUNHAS**:

|  |  |
| --- | --- |
| Nome:  RG:  CPF/ME: | Nome:  RG:  CPF/ME: |

**RELAÇÃO DE ANEXOS**

**Anexo I** – Cópia da Escritura de Emisão da Segunda Emissão e cópia da Escritura de Emissão da Terceira Emissão

**Anexo II** – Descrição do capital social da DEVEDORA

**Anexo III** **-** Modelo de procuração da Cláusula Sétima

Anexo I - Cópia da Escritura de Emisão da Segunda Emissão e cópia da Escritura de Emissão da Terceira Emissão

Anexo II - Descrição do Capital Social da DEVEDORA

O capital social da Mata de Santa Genebra Transmissão S.A., subscrito e integralizado, é de R$1.303.700.000,00 (um bilhão, trezentos e três milhões e setecentos mil reais), dividido em 1.303.700.000 (um bilhão, trezentas e três milhões e setecentas mil) ações ordinárias, todas nominativas e escriturais e sem valor nominal.

Descrição das Ações Empenhadas

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Acionista** | **Nº Ações Ordinárias** | **%** |
| COPEL GT | 667.281.900 (seiscentas e sessenta e sete milhões, duzentas e oitenta e uma mil, novecentas) | 50,1 |
| FURNAS | 664.618.100 (seiscentas e sessenta e quatro milhões, seiscentas e dezoito mil e cem) | 49,9 |

Anexo III – Modelo de Procuração da Cláusula Sétima

**PROCURAÇÃO**

Pelo presente instrumento,

a) **COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.**, sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua José Izidoro Biazetto, nº 158, Bloco A, Mossungue CEP 81200-240, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("**CNPJ/ME**") sob o nº 04.370.282/0001-70, com seus atos constitutivos registrados perante a JUCEPAR sob o NIRE 41.3.000.1924-0, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("**COPEL GT**");

b) **FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.**, sociedade por ações de economia mista, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Graça Aranha, nº 26, Lojas A e B, Salas 201 a 2101, Centro, CEP 20.030-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 23.274.194/0001-19, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (“**JUCERJA**”), sob o NIRE 33.3.000.9092-4, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("**FURNAS**");

c) **MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSÃO S.A.**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, na Avenida Jundiaí, nº 1.184, 5º andar, Anhangabau, CEP 13.208-053, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 19.699.063/0001-06, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("**JUCESP**") sob o NIRE 33.3.003.1092-4, neste ato representada nos termos de seu estatuto social (“**MSG**” e conjunto com COPEL GT e FURNAS, “**OUTORGANTES**”);

nomeiam e constituem como seus procuradores, nos termos do artigo 653 e seguintes do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada):

1. a **SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, nº 99, 24º andar, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 15.227.994/0001-50, na qualidade de representante da comunhão dos titulares das debêntures da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, da MSG (“**AGENTE FIDUCIÁRIO DA 2ª EMISSÃO**”); e
2. **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304, CEP 22.640-102, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de representante da comunhão dos titulares das debêntures da 3ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia fidejussória acicional, em três séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, da MSG (“**AGENTE FIDUCIÁRIO DA 3ª EMISSÃO**, e em conjunto com AGENTE FIDUCIÁRIO DA 2ª EMISSÃO, “**OUTORGADOS**“);

Conferindo amplos poderes aos OUTORGADOS para, isolada ou conjuntamente, agindo em nome dos OUTORGANTES, praticar todos os atos e operações, de qualquer natureza, necessários ou convenientes ao exercício dos direitos previstos no Contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças (“**CONTRATO**”), celebrado entre os OUTORGANTES e os OUTORGADOS, com poderes para, no caso de inadimplemento no vencimnto final e/ou declaração de vencimento antecipado nos termos das ESCRITURAS DE EMISSÃO, conforme o caso:

1. praticar qualquer ato e firmar todo e qualquer instrumento na medida em que seja o referido ato ou documento necessário para constituir, conservar, formalizar ou validar a garantia de penhor de ações;
2. cobrar, receber, vender ou fazer com que seja vendida, ceder, conferir opção ou opções de compra ou de outra forma alienar, conforme o caso, a totalidade ou qualquer parte dos BENS EMPENHADOS, por meio de venda pública ou privada, podendo, para tanto, contratar empresa especializada, obedecida a legislação aplicável, e independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, observada a exigência de prévia autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para transferência da titularidade das AÇÕES EMPENHADAS para terceiros;
3. demandar e receber quaisquer rendimentos das AÇÕES EMPENHADAS e os recursos oriundos da alienação dos BENS EMPENHADOS, aplicando-os no pagamento e/ou amortização das obrigações, devendo deduzir todas as despesas e tributos eventualmente incidentes e entregar à COPEL GT e FURNAS o que eventualmente restar após o pagamento de todos os débitos, na proporção que lhes for devido;
4. assinar todos e quaisquer instrumentos e praticar todos os atos perante qualquer terceiro ou autoridade governamental, incluindo, sem limitação, a ANEEL, a CVM e qualquer bolsa de valores ou câmara de liquidação na hipótese de um leilão, que sejam necessários para efetuar a venda pública ou privada das AÇÕES EMPENHADAS, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, inclusive requerer a respectiva autorização ou aprovação;
5. firmar os respectivos contratos de venda e quaisquer outros documentos que possam ser necessários para o fim de formalizar a transferência dos BENS EMPENHADOS, no todo ou em parte, a quaisquer terceiros, inclusive Termos de Transferências no Livro de Transferência e/ou Registro de Ações Nominativas da MSG, transferindo posse e domínio, dando e recebendo quitações;
6. representar os OUTORGANTES judicial ou extrajudicialmente, perante terceiros e todas e quaisquer agências ou autoridades federais, estaduais ou municipais, em todas as suas respectivas divisões e departamentos, incluindo, entre outras, juntas comerciais, conforme aplicável, Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, Cartórios de Protesto, Bolsa de Valores, Comissão de Valores Mobiliários, bancos, incluindo o Banco Central do Brasil, Ministério de Minas e Energia (MME), ANEEL, e a Secretaria da Receita Federal do Brasil, em todos os atos que possam ser necessários para o fim de formalizar a transferência dos BENS EMPENHADOS, no todo ou em parte, a quaisquer terceiros, nos termos do CONTRATO;
7. receber dividendos e juros sobre capital próprio, pagos em razão das AÇÕES EMPENHADAS, decorrentes da Cláusula Quinta (Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio) do CONTRATO; e
8. praticar qualquer ato e firmar qualquer instrumento de acordo com os termos e para os fins do CONTRATO ou que sejam necessários ou recomendáveis para o cumprimento das obrigações, principais e acessórias, decorrentes das ESCRITURAS DE EMISSÃO, incluindo, mas não se limitando à obrigação de aportar, de forma proporcional à sua participação acionária, na sob a forma de capital, mediante subscrição e integralização, em moeda corrente nacional, de novas ações, conforme disposto na Cláusula 4, item (xvii) do CONTRATO, bem como a excussão da garantia decorrente do CONTRATO, incluindo todas as faculdades previstas na Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada.

Os poderes, ora conferidos, são adicionais e não revogam quaisquer poderes outorgados pelos OUTORGANTES aos OUTORGADOS nas ESCRITURAS DE EMISSÃO.

As expressões com letras maiúsculas utilizadas e não definidas no presente instrumento deverão ter os significados que lhes são atribuídos no CONTRATO.

O presente instrumento permanecerá válido e em pleno vigor até a liquidação integral de todas as obrigações dos OUTORGANTES previstas nas ESCRITURAS DE EMISSÃO e seus posteriores aditamentos, podendo ser substabelecido, parcial ou integralmente, sem reserva de amplos poderes, se assim deliberado pelos debenturistas.

[•], [•] de [•] de 2021

**Furnas Centrais Elétricas S.A**

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nome:  RG:  CPF/ME: | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nome:  RG:  CPF/ME: |

**Copel Geração e Transmissão S.A.**

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nome:  RG:  CPF/ME: | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nome:  RG:  CPF/ME: |

**Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.**

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nome:  RG:  CPF/ME: | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nome:  RG:  CPF/ME: |